

Historia de Santo André

Brasil Colonial

Para contar a história da região na qual Santo André está inserida, temos que retomar, de maneira sucinta, parte da história do Brasil Colonial. Nos primeiros anos dessa história os portugueses tinham grande preocupação em defender as costas brasileiras de possíveis invasões de franceses e holandeses, pois estes dois países não compartilharam da divisão expressa pelo Tratado de Tordesilhas que dividiu o Novo Mundo, a terra a ser descoberta, entre portugueses e espanhóis.

No início do século 16 os países que tivessem terras onde pudessem explorar as riquezas minerais, em especial ouro e prata, estavam à frente dos demais pois essas eram as moedas correntes, indicadoras de riqueza. Explica-se por aí o interesse pelas terras dessa vasta colônia portuguesa. Devido a vários ataques às suas terras, a partir de 1530, Portugal intensificou a colonização das costas brasileiras. Nesse contexto é enviado para cá, por ordem de Dom João III, rei de Portugal, Martim Afonso de Souza com a incumbência de fundar vilas para fortificar o litoral.

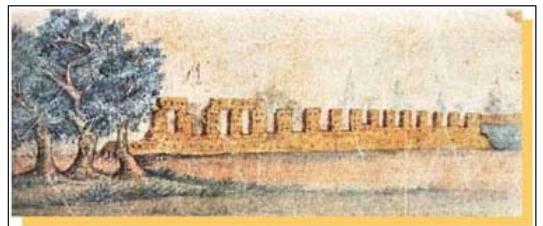
Aliada a essa história está a figura de João Ramalho, português que representava, nesse momento, uma porta de entrada para o contato com os índios e para a colonização, pois ele conhecia algumas tribos e conseguia se comunicar com elas.

Em contrapartida a sua ajuda, João Ramalho solicitava, desde o início, que o local em que vivia, situado acima da Serra do Mar, fosse transformado em vila. Sua petição foi negada durante vários anos, pois se pretendia povoar o litoral e não o interior. Seu pedido foi atendido apenas em oito de abril de 1553, quando foi criada a vila pelo Governador Geral Tomé de Souza. Seu nome era Santo André da Borda do Campo.



Ruínas de Santo André da Borda do Campo. Autoria : Miguel Dutra. Acervo : Museu Paulista

Nesse período, a busca de metais impulsionou as entradas para o interior e a vila foi se desenvolvendo. Os jesuítas, instalados em São Vicente, tinham interesse em transferir seu colégio para próximo dessa região, nos campos de Piratininga, pois havia uma grande evasão de pessoas do litoral para o interior. Tal fato ocorreu a 25 de janeiro de 1554, com a criação da Aldeia de São Paulo de Piratininga. Dificuldades de subsistência e de proteção fizeram com que a vila de Santo André fosse transferida para São Paulo de Piratininga em 1560, através de proposta do Padre Manoel da Nóbrega ao Governador Geral Mem de Sá.



A partir de então, Santo André deixou de existir enquanto unidade administrativa, passando a ser um bairro de São Paulo. A região passou por um período de estagnação, tornando-se local de passagem entre o Porto de Santos, a capital e o interior. No entanto, já em 1561, grande parte das terras foi concedida como sesmaria a Amador de Medeiros, ouvidor da Capitania de São Vicente. Boa parte dessa sesmaria foi repassada, em 1637, à Ordem de São Bento, formando-se ali a Fazenda São Bernardo, área atualmente ocupada em grande parte pelo município de São Bernardo do Campo. Outra área importante de domínio dos beneditinos era a Fazenda São Caetano, doada à Ordem em 1631 pelo Capitão Duarte Machado e sua esposa Joana Sobrinha. As outras terras eram menores e foram passando por vários donos até o início do século 20, quando foram loteadas.

Urbanização e Industrialização

Nesse período a atividade econômica ficou restrita à subsistência e à locação de pastagens para as tropas. As duas fazendas dos beneditinos São Bernardo e São Caetano tinham uma atividade mais regular: a primeira produzia gêneros alimentícios e na segunda fabricavam-se tijolos e artefatos de cerâmica. Essas fazendas ficaram sob a propriedade dos beneditinos até 1870, quando foram compradas pelo Estado para a criação de colônias de imigrante. Antes disso, porém, ao redor da fazenda São Bernardo foi se criando um pequeno núcleo urbano, que mais tarde iria garantir a criação do município de São Bernardo.

Outro fator importante no contexto de modernização da região em meados do século XIX foi a instalação da ferrovia nas proximidades do Rio Tamanduateí. Esse empreendimento visava a melhoria do transporte de produtos agrícolas do interior para o Porto de Santos, em especial o café que começava a ser produzido em larga escala na Província de São Paulo. Tal situação começou a atrair indústrias que se aproveitavam das facilidades de transporte, da disponibilidade de áreas próximas à linha férrea e ao rio, além dos incentivos fiscais apresentados pelo município.

Estação ferroviária de São Bernardo, atual Santo André, 1867. Col: RFFSA. Reprodução: Museu de Santo André.

Criação do Município



Em 1889, quando foi criado o município de São Bernardo, este nasceu sob a marca da industrialização, utilizando, predominantemente, a mão de obra de imigrantes. Este município abrangia toda a região do Grande ABC.

As indústrias que se instalavam na nova cidade eram em geral ligadas à produção química, têxtil e de móveis. Além disso, foram surgindo pequenos negócios como carpintarias, funilarias, sapatarias, barbearias, pequenas pensões e restaurantes, que foram dando uma feição mais urbana à região. Nesse contexto ressurgiu o termo Santo André, nomeando o distrito criado em 1910 e que compreendia áreas próximas à Estação.



Rua Cel. Oliveira Lima, vendo-se ao fundo a Companhia Streiff, 1899. Coleção: Euclides Rocco. Acervo: Museu de Santo André.

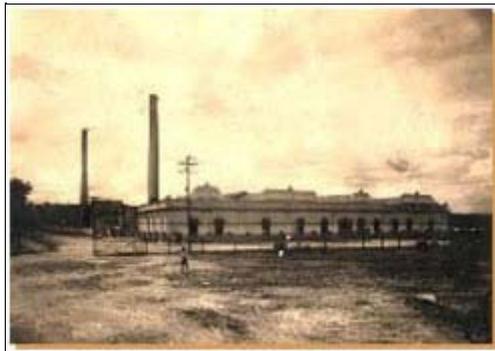
A expansão industrial remonta ao final do século 19 e caracterizou-se por muito tempo por um misto de produção industrial e artesanal. As primeiras indústrias foram a Tecelagem Silva Seabra & Cia, conhecida também como Fábrica

Ypiranguinha por estar sediada na região conhecida por esse nome. Foi inaugurada em 1885 e produzia brim de algodão. Esta indústria operou até a década de 1970. Outra tecelagem instalada ainda no século 19 foi a Bergman, Kowarick & Cia que iniciou suas atividades em 1889 e fabricava casemiras. A primeira fábrica de móveis foi a Companhia Streiff de São Bernardo, inaugurada em 1897 e produzia, principalmente, cadeiras.

Grupo de operários da Companhia Streiff, Rua Cel. Oliveira Lima – década de 1920. Coleção: Mário Batista Canever. Acervo: Museu de Santo André



Fábrica de Casemiras Kowarick, situada junto à Estação, onde hoje há um supermercado – década de 1920. Coleção: Mário Batista Canever. Acervo: Museu de Santo André



Funcionários da Fábrica de Casemiras Kowarick – década de 1920. Coleção: Mário Batista Canever. Acervo: Museu de Santo André.



Além disso, outras tecelagens menores foram se instalando no início do século 20, como a Fiação e Tecelagem Santo André (1908), a Fábrica de Tecidos de Algodão (1920), a Fábrica de Tecidos São Geraldo (1926), o Jutificio Maria Luiza Ltda. (1933), entre outras. Essas empresas eram, em sua maioria, pequenos empreendimentos gerenciados por seu proprietário. Todas já desapareceram, principalmente por não conseguirem se impor às inovações tecnológicas, após a década de 1950.

Exterior da Tecelagem Zanolli e seus funcionários, localizada à Rua D. Duarte Leopoldo e Silva. Ao fundo vê-se a antiga Igreja Matriz de Santo André, 1925. Coleção: Sílvia Zanolli Brunoro Daniel. Acervo: Museu de Santo André.

Outras, porém, fundadas nesse mesmo período modernizaram-se, como a Companhia Chimica Rhodiá S/A e a Companhia Brasileira de Seda Rhodiaseta.



Fábrica Rhodiá e Estrada de Ferro de São Paulo Railway à frente – 1930 - A fábrica ainda ocupa essa área. Foto Carlos Haukal. Coleção: Dalvira Ribeiro Cangussú, Acervo: Museu de Santo André.

O distrito de Santo André abrigava na década de 1930 várias indústrias importantes, possuía a Estação de São Bernardo por onde era transportada grande parte dos produtos aqui produzidos e tinha entre seus moradores vários políticos influentes. Tal situação levou à transferência da sede do município de São Bernardo para Santo André, em 1939. Toda a região do Grande ABC, composta por vários distritos, passou, então, a ser denominada pelo nome Santo André.

No entanto, já na década de 1940 iniciaram-se vários movimentos emancipacionistas e os distritos foram tornando-se municípios. Em 1945 foi a vez de São Bernardo do Campo, em 1949 São Caetano do Sul e em 1953 Mauá e Ribeirão Pires. A partir de então Santo André passou a ter uma área de 174,38 quilômetros quadrados, contando com os seguintes distritos: Sede, Capuava e Paranapiacaba.

Na década de 1950, além dessas mudanças, outras puderam ser sentidas no que se refere à tipologia das indústrias da região. Com os investimentos estatais e o capital estrangeiro ocorreu um crescimento no setor automobilístico, mecânico, metalúrgico e de material elétrico. Santo André passou a abrigar várias indústrias de autopeças.

A indústria foi, então, delineando um outro perfil. A mão de obra tornou-se mais especializada e as máquinas mais produtivas. Neste momento a mão de obra deixou de ser determinante para o aumento da produção.

Na década de 1970 houve um momento de expansão e concentração da indústria na Grande São Paulo. Foi o período denominado de "milagre econômico". Na década seguinte o ritmo de crescimento sofreu um decréscimo, culminando com a recessão dos anos 80. Nos anos 90 a produção industrial continuou desacelerada, com os incentivos fiscais voltados para outras áreas do estado de São Paulo, além das dificuldades de transporte e o custo de mão de obra. O ABC e, em especial Santo André, perdeu várias indústrias.

Hoje em dia, há um grande esforço do setor público e da sociedade para a manutenção das indústrias existentes. Além disso, tem-se observado um aumento de atividades nos setores de serviços e no comércio. O desafio do início deste século 21 está relacionado à criação de novas alternativas para a cidade que vai se transformando, garantindo melhores condições de vida a seus moradores.



Vista de centro de Santo André, 1998. Foto: Beta Garavello. Coleção: PMSA. Acervo: Museu de Santo André.

Notas:

Tratado de Tordesilhas - foi celebrado em 1494 em Tordesilhas, município da província de Valladolid, na Espanha. Era um acordo entre os Reis Católicos da Espanha Fernando e Isabel e o rei de Portugal, D. João II, que repartia entre os dois reinos a posse das terras descobertas e a descobrir. Delimitava as esferas de ação de Portugal e Espanha nos descobrimentos marítimos, traçando uma linha imaginária a 370 léguas das Ilhas de Cabo Verde, no Oceano Atlântico. As terras a leste pertenceriam a Portugal e a oeste seriam da Espanha. Esse tratado vigorou até 1750 quando foi revogado.

Martim Afonso de Souza - nasceu em Vila Viçosa, Portugal em 1500 e morreu em Lisboa a 21 de julho de 1564. Era filho do fidalgo Lopo de Sousa e de D. Brites de Albuquerque. Foi militar e administrador colonial da Coroa Portuguesa. Foi nomeado pelo rei de Portugal, D. João III, capitão-mor da armada contra os franceses na costa do Brasil. A armada partiu de Lisboa no dia 03 de dezembro de 1530 e em 1531 percorreu toda a costa brasileira, aportando no litoral paulista. Em 22 de janeiro de 1532 criou a Vila de São Vicente primeira vila do Brasil. Aqui no Brasil, Martim Afonso tinha plenos poderes, inclusive sobre a vida e a morte das pessoas, além de distribuir terras em sesmarias, nomear oficiais de justiça, etc. Retornou a Portugal em 1533, recebendo o título de capitão-mor do Mar das Índias e em 1534 foi nomeado donatário da Capitania de São Vicente no Brasil e governador da Índia de 1541 a 1545. Está sepultado no Convento de São Francisco em Lisboa.

João Ramalho - era português, filho de João Velho Maldonado e de Catarina Afonso de Balbode, nasceu aproximadamente em 1470 em Vouzela, distrito de Viseu, Portugal. Era casado com Catarina Fernandes das Vacas. Foi degredado para o Brasil por delitos cometidos enquanto era escudeiro da rainha. Não se sabe exatamente o ano em que João Ramalho foi deixado na costa brasileira - supõe-se que tenha sido entre 1510 e 1530. No Brasil uniu-se à índia Bartira, posteriormente batizada como Isabel Dias. Ela era filha do Cacique Tibiriçá, da tribo Guaianazes.

Após a fundação da vila de Santo André da Borda do Campo, exerceu vários cargos nesta vila como: guarda-mor, capitão, alcaide e vereador. Faleceu em 1580, sendo provavelmente sepultado na Igreja do Colégio de São Paulo de Piratininga.

Vila - Para se fundar uma vila e doar suas terras era necessário possuir uma carta de poderes do Rei de Portugal. A vila possuía um ordenamento jurídico administrativo semelhante às cidades atuais. Tinha Câmara Municipal com vereadores, almotaçéis vereadores que serviram a Câmara no ano anterior juiz, procurador, tesoureiro, escrivão, alcaide-mor - espécie de prefeito, além do guarda-mor - que cuidava da segurança da vila. Possuíam também um Pelourinho.

Jesuítas - ordem religiosa fundada em 1539 por Ignácio de Loyola. Tratava-se de um grupo de características militares de combate à Reforma. Nesse mesmo ano foi reconhecida como uma ordem católica romana e em 1540 foi aprovada pelo Papa Paulo III. Os jesuítas chegaram ao Brasil Bahia em 1549 e tinham como função primordial catequizar os índios, ou seja, ensinar a religião católica e as normas de conduta moral e social dos portugueses. Além disso, fundaram colégios, abriram estradas para o interior do país, etc. Entre 1504 e 1604 estiveram no Brasil 174 padres, entre eles: Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Leonardo Nunes e Antônio Vieira. Foram expulsos em 1759 de Portugal e suas colônias, por interferência do Marquês de Pombal. Em 1773 a Companhia foi extinta pelo Papa Clemente XIV. Em 1814 a ordem foi formalmente restaurada pelo Papa Pio VII.

Capitania - foram as primeiras divisões administrativas do Brasil, implantadas por Dom João II entre os anos de 1532 e 1536. O sistema de capitanias já era usado por Portugal em Açores, Madeira e Cabo Verde, onde tinha dado certo. As terras eram doadas a donatários através da Carta de Doação que estipulava a área e do Foral que apresentava os direitos e deveres dos donatários. O intuito dessa empreitada era colonizar a colônia com o mínimo de recursos da Coroa Portuguesa. O Brasil foi dividido em quinze capitanias e a maioria delas não prosperaram. As capitanias que tiveram sucesso foram a de São Vicente e a de Pernambuco, onde houve acordos com os índios residentes naquele lugar. Nas demais Maranhão, Maranhão (2.º quinhão), Ceará, Rio Grande, Itamaracá, Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, São Tomé, Santo Amaro e Santana os portugueses estavam cercados por indígenas e as casas e canaviais eram destruídos constantemente. Tal sistema foi sendo suplantado a partir de 1549 pelo sistema de Governo Geral, onde as capitanias inexploradas foram retomadas e o governador-geral, com sua sede em Salvador, passou a ser a referência política da Colônia.

Ordem de São Bento - essa ordem foi criada por volta de 529 d.c. por São Bento, nas proximidades de Roma. A concepção dessa ordem era de que o mosteiro deveria ser uma instituição autônoma financeira e administrativamente, sendo os monges soldados de Cristo, tendo por chefe o abade. Na região do ABC, os beneditinos tiveram influência desde o século 17, quando receberam por doação terras que formariam duas fazendas: São Bernardo e São Caetano. No final do século 19 as ordens religiosas perderam seu poder, com a separação do Estado e da Igreja. As terras e propriedades dessas ordens foram vendidas ao Estado ou confiscadas e essas ordens religiosas ficaram restritas a seus mosteiros.

Tropas - As tropas de mulas surgiram como meio de transporte a partir da primeira metade do século 18. Era uma resposta à ampliação do movimento comercial entre diversos pontos do Brasil e, em especial, com Minas Gerais, onde a mineração de ouro movia a economia daquele período. Foram abertas várias estradas ligando diversas localidades como, por exemplo, Sorocaba São Paulo e Viamão no Rio Grande do Sul, onde se criavam mulas, gado e cavalos. Por essas estradas eram trazidos todos os tipos de produtos: alimentos, ferramentas, tecidos, etc. O tropeiro passou a ser uma figura importante na integração espacial e no escoamento da produção de diferentes e distantes lugares. Entre o Porto de Santos e São Paulo, havia uma rota que passava pela Serra do Mar através da Calçada de Lorena, inaugurada em 1792 e seguia por vários caminhos dentro da região que hoje compreende o ABC: Caminho do Pilar, do Oratório, do Vergueiro, entre outros. Com isso, a região que servia de local de pastagem e pouso para os tropeiros foi sendo povoada, permitindo a posterior criação de freguesias e vilas.

Colônia de imigrantes - essas colônias foram implantadas no ABC, pelo Governo Imperial, a partir de 1877, nas antigas fazendas dos beneditinos. O intuito era de que ali se plantassem produtos agrícolas de subsistência, em apoio às grandes fazendas produtoras de café. As terras das colônias foram divididas em linhas e estas em lotes que eram entregues aos imigrantes italianos que deveriam cultivar produtos agrícolas. Com a renda gerada, poderiam abater suas dívidas com o Governo, tornando-se proprietários das terras. No entanto, a realidade era diferente. O descaso, as más condições de vida e a inaptidão das terras para o cultivo fizeram com que muitos imigrantes abandonassem seus lotes e buscassem no núcleo urbano outro tipo de atividade que lhes garantissem o sustento. Com isso, esse sistema de uso das terras foi abandonado pelo governo, que passou a estimular ainda mais as grandes propriedades que queriam o imigrante apenas como mão-de-obra barata e em larga escala, e não mais como proprietário de um lote de terra.